

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

interpretativa da sociedade
constrói para desenvolver a
idade, tal como se
seareiros competirá
1923 Jaime Cortesão

onal é imensa e vem de longe. *Seara Nova*, Lisboa, 1921 – 1974

Não sendo a *Seara Nova* uma publicação destinada a revelar colaborações de teor histórico, não sendo a História enquanto saber específico preocupação dos que na revista militam e escrevem, no entanto a História ocupa lugar destacado no pensamento dos seareiros. Porque a História não pode ser arredada nem menos considerada quando se pretende uma visão interpretativa da sociedade no seu conjunto e, sobretudo, quando essa visão se constrói para desencadear uma intervenção pública reformadora. Partir da sociedade, tal como se interpreta, implica uma visão do passado. Pelo que aos seareiros competirá reler e reinventar as explicações necessárias. Logo em 1923 Jaime Cortesão mostrava a necessidade da história: “A crise nacional é imensa e vem de longe. Portugal, que foi outrora uma das nações mais gloriosas do mundo, vive hoje no maior descrédito do estrangeiro. Permite-nos o estado actual dos estudos da história portuguesa afirmar que as bases desse esplendor passado foram a organização das classes pelo trabalho, uma forte disciplina social e a posse de uma numerosa *élite* de políticos, de sábios, artistas e homens de acção educados na escola da dura experiencia e do sacrificio.” (Cortesão, “Intuitos”, pp. 5-6). Amplo leque de questões e dificuldades do presente com raízes no tempo passado. Que seria preciso fundamentar para corrigir e ultrapassar.

A interpretação da História de Portugal que dominava entre os intelectuais portugueses quando se inicia a publicação da *Seara Nova*, em outubro de 1921, apoiava-se ainda em Oliveira Martins (com raízes em Herculano), tanto na *História de Portugal* (1879) como no *Portugal Contemporâneo* (1881). O que implicava uma visão da Pátria como vítima de um Estado em decadência, depressão que se ia acumulando e agravando ao longo dos séculos, depois de fechado o período áureo do século XV e primeira metade do século XVI. O que se conformava com a apreciação da realidade que os reformistas seareiros percepcionavam na sociedade portuguesa sua contemporânea. Visão que queriam devidamente apurada para a eficácia do que empreendessem com finalidade reformadora.

Como muitas vezes se lerá em ensaios de António Sérgio (e sempre com referência a Goethe), “escrever história é uma maneira de nos libertarmos do passado.” Só assim poderíamos alijar o peso a que o pretérito nos condenava.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Porque para Sérgio, a história portuguesa mostrava em todo o seu percurso o domínio do “parasitismo”: “pela caça ao infiel mouro se formou a nacionalidade, a caça ao infiel negro incitou às descobertas, a caça ao infiel selvagem foi a nossa profissão no Brasil.” Mais: “Há mortos que é preciso matar — o Portugal histórico é dessa espécie.” (Samuel, *A Renascença*, p. 158).

Porém, ao propósito de reforma social e política, e sobretudo cultural que já juntara os intelectuais na “Renascença Portuguesa” a partir de 1912 (como depois os seareiros depois de 1921) não se segue uma única visão do passado por parte desses protagonistas-intérpretes. Pelo que Jaime Cortesão responderá, negando o pessimismo que lhe parecia ensombrecer a visão do passado de muitos dos seus contemporâneos: “nós fomos grandes pelo trabalho e pela honradez, grandes pelo pensamento e pelo valor, grandes, enfim, pela originalidade e lustre do nosso génio. Hoje não o somos por desnacionalização.” (Samuel, *A Renascença*, p. 151). Palavras de 1913, aparentemente de sentido oposto a Sérgio, quando ainda pouco sabiam de história, quer o futuro historiador, quer o aprendiz de ensaísta... Porque o que inspirava o poeta Jaime Cortesão de antes da guerra era sobretudo o pensamento expresso por Teixeira de Pascoaes, nos seus escritos programáticos fundamentando a pretendida e indispensável renascença portuguesa: *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, de 1912, e *A Arte de Ser Português*, de 1915 – convicto que nelas se continha “a boa e sã doutrina portuguesa.” (Pascoaes, *Arte*, p. 7). Escritos de uma para-história imaginária, carregados por uma argumentação fantástica. No entanto, o seu companheiro Jaime Cortesão já preferia virar-se para a etnografia e para os rigores com que a estavam tratando Leite de Vasconcelos, Tomaz Pires, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Teófilo Braga e outros e que a *Revista Lusitana* ia difundindo. Do que resulta o seu *Cancioneiro Popular – Antologia precedida de um estudo crítico* (1914). Muito embora com uma certa inflexão, a saudade – a “deliquescente saudade” acintosa e provocadoramente escrevia Sérgio (Sérgio, *Correspondência*, p. 33) – ainda surgisse instalada em lugar central da construção teórica daquilo que quer que seja o espírito português, nessa obra que procura atingir o “conhecimento das energias latentes no fundo da Alma Popular.” (Cortesão, *Cancioneiro*, p. 9). Mas desde cedo que Cortesão entendia que se tinha que buscar no “historismo” “as virtudes do génio nacional para as adaptarmos à luta moderna.” (Samuel, *A Renascença*, p. 151).

Depois da guerra (1914-1918) o confronto agreste entre Cortesão e Sérgio nos primeiros tempos da *Águia* atenua-se até quase desaparecer. Em ambos encontra o papel reservado ao conhecimento histórico na fundamentação da actividade reformadora pretendida pela *Seara Nova*. Que resulta muito menos visível em Raul Proença, embora não ignorada – basta referir como de imediato acolhe a argumentação de Sérgio no ensaio sobre a tomada de Ceuta. (Amaro, *A Seara*, p. 65). Para além de diferenças de interpretação e de acentuação de características que se querem distintas, os seareiros convêm ao considerar imperioso travar a decadência em que se marasmava. E do passado pátrio invocam os defeitos graves que avultam e podem



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

dizer-se estruturantes. Algumas frustrações mais tarde, a interpretação do passado ir-se-á tornando mais complexa e procurando ser mais explicativa.

Para Sérgio como para o grupo dos seareiros (em que o ensaísta se incorporará em 1923), a concepção do passado da nacionalidade passa, sempre, por uma visão crítica da estrutura do Estado e em especial por sublinhar o papel negativo que os grupos sociais dominantes têm exercido sobre a grei. Como um jovem seareiro escreverá: “Tradição em Portugal é o parasitismo comunitário do Estado, o desequilíbrio formidável das profissões, que deram no desaproveitamento das nossas riquezas naturais, e, todavia, há muito que essa tradição está diagnosticada como a principal doença portuguesa.” (Castro, *À margem*, p. 2). Mesmo do triunfo da burguesia em 1383 vai resultar contraditoriamente que se incremente e se torne predominante a classe dos letrados, “a um tempo um efeito e uma causa do parasitismo social.” E conclui sobre este segundo período: “A nação, portanto, não chegou a educar-se na disciplina do trabalho, precocemente absorvida na especialidade mercantil das especulações de entreposto, intimamente ligada à obra da Cavalaria; este facto, a ruína da nobreza antiga, o agravamento da miséria agrícola, e o correlativo parasitismo bacharelesco e burocrático, são os caracteres maioriais do novo regime inaugurado pela revolução social de 1383-1385.” (Sérgio, *Considerações*, pp. 16, 18 e 19-20).

A expansão ultramarina faria com que crescessem os tratos dos escravos, dos produtos das ilhas (açúcar da Madeira) e africanos, em especial o ouro, o que permitia ao soberano gastar os seus fartos rendimentos. E depois da viagem do Gama, com o estabelecimento da Rota do Cabo, serão a pimenta e as riquezas orientais a ser trazidas para Lisboa. Com benefícios para outras sociedades, pois não havia produtos fabricados em Portugal com que pagar as mercadorias entradas. Havia também que considerar que o Estado estava sempre no centro do que ocorria na evolução da história pátria: porque dele tudo dependia. “Este estadismo, ou costume de recorrer ao Estado para ele tratar da nossa vida, transformando-o em papá e alimentador de todos nós; este bacharelismo, ou educação pela palavra e pelo livro, que cultiva a memória e o palavrório, e não a iniciativa, o método, a perseverança, o domínio de nós mesmos e o dos instrumentos de trabalho; este burocratismo, ou fome universal do emprego público e correlativa incapacidade de ganhar a vida independente, que reduz os partidos a quadrilhas de assaltantes do Orçamento: estes três vícios nacionais são três aspectos do mesmo vício – o comunismo de Estado – desenvolvido por uma péssima educação de séculos resultante de uma corrupta educação económica. Da sua análise deve partir o educador na nossa terra.” Visão da sociedade indispensável, porque como o Estado não se confunde com a Nação, “nenhuma reforma valerá senão a reforma do espírito público, saudavelmente orientado.” (Sérgio, *O problema*, p. 30). Por isso também a acentuação que na reforma educativa põem os homens da *Seara Nova*. Educação que não será apenas instrução mas educação cívica que não se cansarão de propor. (Sérgio, *Educação*). A elite que queriam promover e – se possível – recriar teria de ser assim o contrário do que fora até então o grupo dominante. Elite que se queria independente do Estado.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Propondo-se desencadear um processo de reorganização geral do País, os seareiros não podem ignorar que aquilo que pretendem reformar tem uma razão histórica. E procurar lições no passado, passado que também tem momentos gloriosos. Disciplina social, *elite* educada na experiência e do sacrifício, como se exprimia Jaime Cortesão em 1923, para continuar afirmando que desde o século XVI a “dissolução moral” veio a dar no parasitismo. Nenhuma das tentativas feitas nos últimos três séculos tinham resolvido a grave distorção em que os portugueses se encontravam enredados. (Cortesão, “Intuitos”, p. 6).

Caberá a Sérgio redigir um *Bosquejo da História de Portugal*, resumo que pudesse servir os intentos programáticos do grupo e de introdução histórica ao *Guia de Portugal*, dirigido por Raul Proença (no quadro dos trabalhos empreendidos na Biblioteca Nacional de Lisboa dirigida por Jaime Cortesão). Publicação que faz parte dessa necessidade patriótica de mostrar o País aos Portugueses. A terra e os homens como uma visão do que o tempo ia deixando em marcas, tomada de consciência que iria contribuindo para a reforma das mentalidades – e da política – que a *Seara Nova* se propunha. Produziu então António Sérgio um estimulante *Bosquejo* que ficará como o primeiro marco interpretativo que pode ser dito próprio da *Seara Nova* – ou que pelos seareiros teria podido ser adoptado.

Logo na 1ª época da história portuguesa, que designa como “Incorporação e organização do território” se começa a impor uma realidade geográfico-económica determinando a formação e a caracterização dos grupos sociais e desencadeando alguns acontecimentos políticos. Aí avança Sérgio com uma ideia que lhe é cara: “a situação dos nossos portos foi o mais ponderoso factor geográfico na independência de Portugal.” Os estrangeiros que a eles concorriam contribuía para que se evitasse a incorporação do território em Castela. Da série notável dos monarcas da primeira dinastia, destaca-se como rei-modelo D. Dinis. O fomento do território, em especial a protecção à agricultura, assim o revelavam. Sem continuidade posterior, vindo a dinastia e o período a terminar com a crise de 1383-1385 e a solução consequente à revolta social que ocorreu. E aí emerge a consideração de que à burguesia dos mercadores do litoral se opunha a aristocracia proprietária do “hinterland”. A uns o apoio revolucionário a D. João, mestre de Avis, aos senhores rurais sustentar a herdeira de D. Fernando. “Aljubarrota, pois, consagra a independência de Portugal, a nova orientação da sociedade, a queda da maior parte da antiga aristocracia, substituída por gente nova.” (Sérgio, *Bosquejo*, p. 13).

Abre-se assim uma nova perspectiva para a 2ª época, a da “Expansão ultramarina”. Será esse o tempo de grande fulgor da história de Portugal. A começar pelo escol que se reúne na corte do novo soberano, continuando pelos seus filhos a “íclita geração, altos infantes” de que falará Camões. E logo destaca os factores económicos, e muito em especial a vinda de “muito ouro e escravos, que começaram a substituir os brancos nos misteres, pela metade meridional do país, com grave prejuízo da estabilidade da Grei.” (Sérgio, *Bosquejo*, p. 28). O grande ensejo de passar do Atlântico ao Índico vai concretizar-se com Bartolomeu Dias para depois Vasco da Gama chegar a Calecute. Abria-se a expansão pelo Oriente.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Porém as coisas não vão ser como se poderia esperar: “Em terras longínquas, muito fora do alcance do monarca, calcula-se quanto os abusos seriam fáceis. Breve se lançaram, o Estado e os particulares, nas maiores perversões da via económica e moral. Comprávamos as mercadorias orientais com ouro e produtos da indústria alheia (da Itália, França, Alemanha, etc. etc.); simples intermediários, estiolava-se-nos assim a capacidade produtora, vivia de empréstimo a juros altos [...]. Não tínhamos actividades industriais que pudessem desenvolver-se com esse comércio do Oriente.” E a conclusão impunha-se: “Espalhámo-nos assim por toda a Ásia, até às Molucas, numa prodigiosa e anárquica manifestação de energia.” (Sérgio, *Bosquejo*, pp. 33-34). Pelo contrário, merece-lhe boa referência a actividade colonizadora baseada na agricultura da cana e na produção de açúcar do Brasil. Brasil que depois no século XVIII, pelo ouro que, contraditoriamente, vai ser “a sorte grande”, o que “tornou desnecessária a reformação.” E, mais uma vez, se persiste no mesmo, com o parasitismo a dominar. Virá a destacar-se depois a tentativa de Pombal, “muitíssimo enérgico, mas tiranicíssimo, homem que se propôs realizar, mas deturpando-o, o pensamento reformador da elite portuguesa do seu tempo.” (Sérgio, *Bosquejo*, p. 36).

Para encerrar, virá a 3ª época: “Tentativas de remodelação interna”. Que se deveria seguir à independência do Brasil, forçosamente. Porém as reformas de Mouzinho da Silveira, que isso pretendiam, ficaram inconclusas, e sobre elas se veio a derramar a política fontista dos empréstimos externos, que bloquearam as necessárias transformações internas. A República também não atacou nem “resolveu profundamente o problema básico da nacionalidade: abrir, na metrópole, empregos criados à actividade dos cidadãos pela modificação do regime agrário, pelo aproveitamento das forças hidráulicas, pela modernização dos métodos de trabalho, pela importação do trabalho científico, pelo estabelecimento de uma pedagogia nova, essencialmente activa e produtora.” (Sérgio, *Bosquejo*, pp. 50 e 59-60).

Em simultâneo, havia que combater o romantismo delirante que se instalara em Portugal, com a incapacidade criadora que o acompanhava – ou causava. “Esse romantismo, tornando-nos incapazes de modificar o presente e preparar o futuro, impede-nos igualmente de apreciar inteligentemente o passado.” Assim se pronunciava pelo seu lado Raul Proença, acrescentando: “Vemos nas empresas dos nossos avós, em D. Henrique, em Nuno Álvares, nos infantes de Ceuta, simples aventuras do sensibilibismo triunfante, do misticismo desgarrado, de intuições bergsonianas, vozes da Raça, purezas esfíngicas, poços artesianos de sensibilidade criadora.” Mas, contrapõe o seareiro, “todas essas empresas foram obras de organização meditada e metódica, dum elevado espírito prático, realizadas com todos os escrúpulos, todas as minúcias e todas as circunspecções da inteligência realista.” (Proença, *Páginas*, 2ª série, p. 158). Era esta a posição da *Seara Nova* sobre a História, afastando-se e combatendo vácuos arroubos líricos e invocações passadistas – mesmo quando embalados em belezas poéticas saudosistas ao jeito de Teixeira de Pascoaes. Porque para os seareiros havia que regressar ao espírito do 5 de Outubro, mas “regressar avançando”, como no manifesto inicial da revista se lê. Pelo que as fantasias romanticizadas com apoio na história deveriam ser combatidas.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

É o objectivo de António Sérgio atacando o irracionalismo e o sentimentalismo patriótico a pretexto da *Exortação à Mocidade* de Carlos Malheiro Dias, em 1924. Ataque e polémica que culmina em primorosa *Tréplica*. (Sérgio, *O Desejado*; Dias, *Exortação*; Sérgio, *Camões*; Idem, *Tréplica*; Castro, *À margem*). Polémica que se destinava, como tantas outras posições da *Seara Nova*, a proporcionar uma “lenta obra de educação colectiva.” Ao arrebatamento romântico contrapropõe-se a reflexão, as disciplinas racionais, “o esforço sobre si próprio, do sentimento da medida, da visão clara, da modéstia e do senso crítico.” (Reis, *Raul*, p. 17). Para Vitorino Nemésio, ainda estudante de Coimbra, estava-se perante o confronto entre “um bom servidor da razão” e um “fantasiado de paladino”, “com sinais manifestos de embriaguez heróica.” Mário de Castro prefere “um conflito entre dois tipos de mentalidade, no qual o fantasma de D. Sebastião surge como mero reagente precipitador.” (Castro, *À margem*, pp. 5 e 9).

Será esta uma notável pugna, não sobre o D. Sebastião histórico mas sobre o sentimentalismo inconsequente que se estava a instalar na sociedade, em grande parte gerado pelas filosofias anti-racionalistas, mas também pelos saudosismos políticos de importação, nomeadamente os integralistas. Findava assim a polémica, sem que Sérgio depois respondesse a outros ataques com que os integralistas e quejandos continuaram a alvejá-lo. De “insigne trapalhão” o qualificará mesmo Manuel Múrias. Do livrinho sobre *Camões e D. Sebastião* escreve que não passava de “um enxovado de dispautérios, com refinada má fé acolchetados a textos nem sempre trasladados fielmente.” Para além de “afirmações descabidas”, havia que contar com a sua “ignorância habitual” e com o seu “desvairamento crítico”. (Múrias, *A política*, pp. 63, 64 e 68). Os integralistas partidários do regresso ao absolutismo, não perdoavam a quantos entendiam caminhar para a Democracia. Essa a questão, esse o grande debate.

Mais próximo de uma polémica com um tema histórico é a que Sérgio travou sobre o Seiscentismo. Embora esta tivesse ficado interrompida pela morte de António Sardinha, o outro dos contendores. (Múrias, *O Seiscentismo*; Sardinha, “O Século XVII; Sérgio, *O Seiscentismo*). Polémicas laterais ao objectivo central, que era o de provocar a sociedade para que se fizessem as reformas indispensáveis: na economia e na educação. “O que urge é educar para e pelo trabalho, produzir para educar e pela educação. A resolução dos dois mais graves problemas – o educativo e o económico – faz-se concomitantemente.” (Cortesão, in Cardia, *Seara*, vol. I, p. 256)

Para além das interpretações ensaísticas de António Sérgio, um outro tipo de história, investigativa, também faz a sua entrada na *Seara Nova*: o que se vai dever à descoberta da pesquisa histórica por Jaime Cortesão, que a começa a praticar apenas nos primeiros anos Vinte. (Magalhães, “No trilho”). Não, em primeiro lugar, para sustentar a sua actuação cívica e política, mas logo como historiador que se lança numa empenhada carreira. Em que pretende ver resolvidos alguns problemas fulcrais da historiografia, nomeadamente a crítica das fontes. A viragem dar-se-á por 1922 quando colabora na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* dirigida por Carlos Malheiro Dias, de que sairá em volume *A expedição de Pedro Álvares*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cabral e o Descobrimento do Brasil. Estruturando o seu pensamento na investigação histórica, sai na *Lusitania. Revista de Estudos Portugueses* um artigo que ficará a marcar a sua posição quanto às fontes e seu tratamento: “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”. A *Seara Nova* – a cuja direcção Cortesão pertencia – estará atenta a este novo rumo e logo em 1922 lhe publicará uma comunicação à Academia das Ciências em que os princípios seareiros se destacam na interpretação histórica. Em especial o carácter cosmopolita dos descobrimentos, que aparece em reforço da tese do isolamento peninsular como sendo um dos motivos que provocavam os males portugueses. Cosmopolitismo a que era preciso voltar, na luta pela modernização do País. Que sem essa abertura ao exterior não seria possível. Em que Cortesão significativamente cita Sérgio – que ainda não pertencia ao grupo seareiro. “O valor, pois, do trabalho de António Sérgio principalmente consiste em trazer um novo e fortíssimo argumento à tese, hoje em pleno triunfo, de que os descobrimentos portugueses foram realizados por uma elite de pensamento e acção, na consciência do seu interesse cosmopolita, servida não apenas pela criadora audácia, mas pelas indispensáveis qualidades de método e organização.” (Cortesão, in Cardia, *Seara*, p. 336). Que a tese tivesse tido uma aceitação geral era mais um desejo que uma constatação da realidade. Que ia bem no sentido da doutrinação que os directores da *Seara Nova* empreendiam.

Depois do seu trabalho sobre a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral de que resultou o achamento do Brasil, interna-se Jaime Cortesão na problemática histórica, como vinha a ser repensada nos meios académicos mais avançados da Europa, nomeadamente em França. A influência de Henri Pirenne que vai provocar uma notável revisão da matéria histórica, mas muito em especial pelo que respeita à interpretação cruzada da história com a geografia. Logo em 1925 Cortesão profere em Lisboa, na Universidade Livre, uma conferência que se intitulava significativamente *As relações entre a geografia e a história de Portugal*. O conhecimento do espaço (e a sua importância para o estudo das sociedades no tempo) fica como um contributo essencial de Jaime Cortesão para a História de Portugal – e daí também a procura da compreensão da arte de navegar e dos instrumentos que para a conseguir foram sendo construídos. Como que completando o legado de Sérgio, que ficava sobretudo apontado para a economia e a sociologia. Mas em Cortesão acentuar-se-á a compreensão geográfica. A interacção do homem com o meio toca mais o médico que fora do que a qualquer outro historiador português desse período. Do mesmo ano de 1925 é “A tomada e ocupação de Ceuta” (Cortesão, “O sigilo”; Id., “A tomada”). Aí dá o merecido relevo à hipótese levantada por Sérgio e discutida por David Lopes, embora chamando à colação outras investigações, as de Pedro de Azevedo e Teixeira de Sampaio. Com bastante demora e excelentes apoios bibliográficos se compraz Cortesão a destacar a situação de Portugal no grande comércio, entre o Mar do Norte e sobretudo o Mar Mediterrâneo, o Mar por onde transitavam as valiosas mercadorias trazidas da Ásia, em especial as especiarias. Que o grande comércio estava em crise e que a tomada de Ceuta podia resolvê-la, credita a Sérgio; que a cidade era um importante porto marítimo com interesse estratégico para combate à pirataria



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cabe a Lopes. Com Pedro de Azevedo concordará, ao assinalar que os interesses da “classe mercadora” e os da fidalguia se conjugavam afinal na empresa de Ceuta. Mas Cortesão, como sempre, será bem mais ousado e consegue vislumbrar na tomada da praça africana os primórdios de um “plano de descobrimentos, e por conseguinte de expansão mais vasta.” Mais, já nisso antevê como “objectivo remoto, a Índia e o seu comércio.” Exaltadamente conclui que assim se executa “um acto de salvação nacional.” (Cortesão, “A tomada”, pp. 26-27).

Aproximavam-se posições, não obstante que ainda em Cortesão as personagens históricas se destaquem enquanto em Sérgio já são os grupos sociais os verdadeiros protagonistas dos processos históricos. Posições que também espelham o que se passa na *Seara Nova*, que analisa a sociedade e quer uma actuação das personalidades no desenvolvimento de uma diferente mentalidade governante em Portugal.

Ainda em 1926 sairá um opúsculo seu na Biblioteca Nacional sobre o Tratado de Tordesilhas (*Le Traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique*) e de antes de 1930 é também a apresentação de Portugal na Exposição Internacional de Antuérpia, texto de síntese intitulado *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation*. Aí abrirá para novos desenvolvimentos nos capítulos de história da expansão com que por então colaborava na *História de Portugal* de Barcelos. Deste mesmo ano será o escrito que é o culminar desta primeira fase da obra de Cortesão, “uma das suas obras-primas e um dos momentos cimeiros da historiografia portuguesa” do século XX, “Os Factores Democráticos na Formação de Portugal” (Godinho, “Presença”, p. XIII).

Cortesão vai procurar no percurso da ocupação do território com a articulação dos modos de vida da população das várias regiões a emergência da nacionalidade. A comunidade constituía-se a partir dessa junção de proveniências sociais diversas. Contando ainda com alguma colonização estrangeira. E, como sempre fará, procurando também na Sociologia teorias que servissem o seu propósito. Buscando nos geógrafos e nos sociólogos e um pouco nos economistas (embora apenas quase só pelo que toca ao comércio) apoios para encontrar as razões que permitissem explicar a génese da Nação. Deixam de se procurar motivos mais ou menos intemporais e imaginários – e sempre com impossibilidade de se provar a sua adequação – para se avançar no conhecimento da administração do território.

Ponto central para explicar a afirmação nacional, no século XIV, a “profunda renovação económica do País.” Era a resposta à procura externa de vinhos e sal, de azeite e de frutas. Assinalava-se ainda a exportação de mel, cera, coiros, peles e lã. E a junção da economia do interior com a do litoral vai efectuar-se. “No interior a faina agrícola e pastoril; na costa a exploração do sal e a pesca que se estendia do nosso litoral ao estrangeiro.” Estava assim “criado o novo género de vida nacional: o comércio marítimo a distância, com base na agricultura”. “Em Portugal é do próprio movimento das comunas que vai nascer o conceito supremo da Nação; e apenas desaparecidas as causas que entravaram aqui, mais ainda do que no resto da Europa o desenvolvimento das classes populares, os princípios democráticos vão retomar a sua marcha até



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o advento da República.” Procurava assim aquilo que se poderia designar por “concepção democrática da história portuguesa?” É possível. “Mas em qualquer ciência o que importa é que as suas concepções sejam...científicas.” Relevo especial será dado à revolução de 1383: “Portugal entra na maioridade; na sua política interior dominam as tendências laicistas e civilistas, condição essencial para a dignificação e liberdade dos povos; e o Estado atinge a forma de organização que lhe permite resolver o grande problema da expansão da Europa e do conhecimento do planeta.” (Cortesão, *Os factores*, pp. 14-15, 89-91 e 157).

Surgido em 1921 o grupo dos seareiros depressa abriu caminho como movimento de ideias, influenciando uma que outra vez o poder político. Empenhou-se continuamente na manutenção do regime republicano e das liberdades públicas. Por isso se afastou de golpes militares, e combateu a situação criada em 28 de maio, sobretudo pela pena de Raul Proença. Depois, parte dos seus membros irão conspirar e intervir de armas na mão na revolução do 3/7 de Fevereiro de 1927 – contra a ditadura militar – e foi o caso de Cortesão. Alguns ter-se-ão exilado em data próxima do pronunciamento militar – acontecerá com Sérgio – que parte ao ser prevenido de que estava para ser preso. Outros serão demitidos e perseguidos pelos tropas, pelos monárquicos e pelos clericais que a eles se juntaram. Como bem se evidencia nos *Panfletos* redigidos por Raul Proença, ainda em 1926. Uns rumam ao exílio, outros são presos. Cortesão passará a França e a Espanha e em 1940 será mesmo banido da Pátria quando a ela regressar. A *Seara Nova* não conseguirá manter as mesmas preocupações reformadoras nos anos que se seguem: no centro da sua doutrinação passará a estar a resistência possível ao Estado Novo. Que Sérgio viverá no exílio interior – a partir do regresso em 1933 –, Cortesão no Brasil (depois de 1940). E assim a história seareira ficaria, como talvez escrevesse José Rodrigues Miguéis, como uma das “capelas imperfeitas” do grupo. Embora com algumas realizações.

Sairia em 1929, em tradução castelhana, a *Historia de Portugal* na Editora Labor, de Barcelona. Cujo texto já tinha sido em 1928 traduzido para Inglês (Sérgio, *Sketches*), ficando o original português a aguardar por 1972 para ser impresso (Sérgio, *Breve*). Será como que o ponto de chegada destes anos primeiros de um labor permanente em prol das reformas em Portugal. Em que a história ocupa um posição central, como instrumento intelectual de actuação sobre a sociedade. História porém – para Sérgio – sem investigação de arquivo – mera reflexão sobre assuntos que à história investigativa depreciativamente ficavam entregues. E muitas vezes dita apenas de erudição arquivística. Pelo contrário, o que Sérgio propunha era, em palavras de Jaime Cortesão trinta anos mais tarde, “um balanço crítico, do passado, uma regra moral para o futuro.” (Sérgio, *Combates*, vol. II, p. 281). E essa seria afinal, a utilidade – e necessidade – que os seareiros atribuíam à História de Portugal. De servir como mostrador de uma visão crítica do passado e de estabelecer uma norma reguladora dos comportamentos morais da sociedade no futuro.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Percursos e pontos de chegada de cada um dos dois autores centrais fixam-se em 1929/1930 na *Historia de Portugal* de António Sérgio e em *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* de Jaime Cortesão – título que é todo um programa e não por acaso explanado na *História do Regímen Republicano em Portugal*. Concepção necessária para fundamentar as propostas políticas que o grupo defendia, essa busca no tempo passado para a sólida construção de um pretendido futuro. Pontos de chegada — ao mesmo tempo que ambicionavam ser pontos de partida. Quer Sérgio quer Cortesão vêem na história um meio de aplicação das suas ideias à interpretação da realidade social do País e um modo de pensar servindo para fundamentar a actuação reformadora do Portugal do seu tempo. Porém, enquanto Sérgio procura encontrar alavancas para uma indispensável reforma nacional, começando pela produção e distribuição da riqueza, Cortesão sobretudo busca os fundamentos da soberania popular e as suas manifestações no passado. Duas abordagens diferentes com o mesmo objectivo de promover a emergência de outra mentalidade: para Sérgio havia sobretudo que encontrar a elite que guiasse as reformas, para Cortesão havia ainda que bem perceber os mecanismos que conduziam às manifestações populares e às conquistas democráticas que sustentavam a expressão da Nação e o seu alargamento pelo Mundo. Duas posições que não são divergentes à partida e que o exílio vai aproximar ainda mais. Embora Cortesão vindo da militância republicana e Sérgio proveniente do liberalismo monárquico, desde cedo tenham convergido na defesa do regime democrático. Porque a *Seara Nova*, em que um certo aristocratismo de gente bem-pensante parece evidente, se inscreve na corrente que procura desenvolver uma crítica racional ao que está, racionalidade que até na política deveria imperar. Porque desenvolver as elites intelectuais como veículos da transformação das mentalidades (e por aí a melhoria na governação) é o propósito seareiro. *Nemo nos conducit* (ninguém nos conduz), era a desculpa para que tudo funcionasse mal. A que Sérgio contrapunha que com profundas reformas, em todos os aspectos (e não só na educação), se conseguiria transformar a negativa em afirmativa: *Ducit* (conduz). (Sérgio, *Ensaios*, II). Era essa a intenção propagandeada pela *Seara Nova* para que Portugal pudesse avançar num novo rumo. Encontrando e preparando competentes timoneiros. E nisso estariam conformes o ensaísta Sérgio e o historiador Cortesão. Para por efeito de um trabalho intelectual aturado, conseguir que o país se modificasse e que os que nele habitavam gozassem de uma outra abundância gerada no trabalho produtor de riqueza e alicerçada na liberdade.

Era, afinal, a tal “revolução espiritual e construtiva” em que os seareiros se empenhavam. (Sérgio, *Correspondência*, p. 38). Arredando os fantasmas do passado, que se procurava conhecer e interpretar, para melhor deles se afastarem. Sem querer a eles voltar. Porque, confessará Cortesão, “nação alguma pode viver perpétua e exclusivamente sobre as tradições próprias.” Havia que partir de uma interpretação histórica fundamentada “para que não se cásse num tradicionalismo basbaque de narcisos.” (Cortesão, “No 40º). Assim foi tentado. Havia que combater o “nacionalismo” que Raul Proença classifica de “retrospectivo e sensibilista, vivendo dos mortos e da memória dos mortos, como uma espécie de necrolatria, que nos levava



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

à constante memoração e comemoração das glórias passadas.” (Proença, *Páginas*, IV, p. 17). Pelo contrário para os seareiros a história impunha uma visão crítica e incitava a uma prospectiva clarificadora e reformadora da sociedade. E a “reforma mais importante – condição preliminar de todas as outras – é sempre a *reforma da mentalidade*.” (Sérgio, in *Seara Nova*, p. 37). Reforma nacional que Raul Proença indica como devendo ser uma “modificação estrutural, orgânica, da nossa vida colectiva.” (Proença, *Páginas...*, 2ª série, p. 257). Propósitos e trajectória que a ditadura impiedosamente interrompeu.

Embora condicionada e sempre atentamente vigiada, a revista continuou a albergar ensaístas e outros escritores e aceitou escritos históricos, sobretudo de história contemporânea, de autores como Fernando Piteira Santos, Joel Serrão, Joaquim Barradas de Carvalho ou José Manuel Tengarrinha – alguns usando pseudónimos. Com a direcção de Augusto Casimiro (1961-1967), Rogério Fernandes (1967-1969), Augusto Abelaira (1969-1973) e Manuel Rodrigues Lapa (1973-1975) manteve as mesmas orientações propugnando pela instauração da democracia – sem se definir por uma forma concreta dadas as diferentes posições políticas e ideais sociais que nela convergiam. A colaboração de historiadores – a começar com Jaime Cortesão, que não acompanha a saída de António Sérgio em 1939 – manter-se-á, mas não há continuidade na tentativa de encontrar um apoio historiográfico comum para a doutrinação crítica que já foi dito de “patriotismo prospectivo” (Amaro, “A revista”, p. 31) que a revista tentará continuar.

Bibliografia activa: CARDIA, Mário Sottomayor, *Seara Nova antologia. Pela reforma da República (1921-1926)*, Lisboa, Seara Nova, 1971; CASTRO, Mário de, *À margem da questão sebástica*, Coimbra, Edição da Universidade Livre, 1925; CORTESÃO, Jaime “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”, in *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, fasc. I, Janeiro de 1924; Idem, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1922; Idem, “A tomada e ocupação de Ceuta”, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Novembro de 1925; Idem, “Le Traité de Tordesillas et la découverte de l’Amérique”, in *Atti del XXII Congresso Internazionale degli americanisti*, Roma, Instituto di Cristoforo Colombo, 1928; Idem, “L’Expansion des Portugais dans l’Histoire de la Civilisation”, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1930; Idem, “No 40º aniversário da fundação da “Renascença Portuguesa”, in *Portucale*, Suplemento nº 1 à 3ª série, Porto, 1962; Idem, *Os factores democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; Idem, “Intuitos da União Cívica”, in *União Cívica. Conferências de Propaganda. Sociedade de Geografia de Lisboa em 4 de Março de 1923*, Porto, Comissão Directiva do Norte da União Cívica, 1923; DIAS, Carlos Malheiro *Exortação à Mocidade. Nova Edição, precedida de uma resposta à carta-prefácio do sr. António Sérgio no seu livro “O Desejado”*, Lisboa, Portugal – Brasil, 1925; *História do Regime Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, vol. I, 1930; MÚRIAS, Manuel *A política de África de El-Rei D. Sebastião*, Lisboa, Nação Portuguesa, 1926; Idem, *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, [s. n.], 1923; PASCOAES, Teixeira de, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Renascença Portuguesa, 1912; Idem, *Arte de Ser Português*, 2ª



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ed., Porto – Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa – Anuario do Brasil, 1920 [1ª ed. 1915]; PROENÇA, Raul, *Páginas de política*, Lisboa, Seara Nova, 2ª série, 1939; Idem, *Páginas de política*, Lisboa, Seara Nova, 3, 1975; Idem, *Panfletos. 1. A ditadura militar: história e análise de um crime*, Lisboa, [s.e.], 1926; Idem, *Panfletos. 2. Ainda a ditadura militar*, Lisboa, [s.e.], 1927; SARDINHA, António, “O Século XVII”, in *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, vol. II, fasc. I, Setembro de 1924; SÉRGIO, António, O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares, Porto, Renascença Portuguesa, 1914; Idem, *Considerações historico-pedagógicas*, Porto, Renascença Portuguesa, 1915; Idem, *Educação Cívica*, Porto, Renascença Portuguesa, 1915; Idem, *Bosquejo de História de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923; Idem, *O Desejado. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre êste mesmo rei e sua jornada de África. Precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias*, Paris – Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924; Idem, *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado*, Lisboa, Edição da “Seara Nova”, 1925; Idem, *Camões e D. Sebastião. Rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso*, Paris – Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925; Idem, *O Seiscentismo. Reprodução do Artigo em que, segundo dizem os que me odeiam, insultei um morto e falsifiquei textos*, Lisboa, Seara Nova, 1926; Idem, “As duas políticas nacionais”, in *Ensaios*, II, Lisboa, Seara Nova, 1928; Idem, *A Sketch of the History of Portugal*. Trad. de Constantino dos Santos, Lisboa, Seara Nova, 1928; Idem, *Historia de Portugal*. Trad., Barcelona – Buenos Aires, Labor, 1929; Idem, *Naufrágios e combates no mar*, Lisboa, Edição do Autor, vol. II, 1959; Idem, *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972; Idem, *Correspondência para Raul Proença*, org. e intr. de José Carlos González, com um estudo de Fernando Piteira Santos, Lisboa, Publicações Dom Quixote / Biblioteca Nacional, 1987; Idem, Artigo sem título in *Seara Nova*, nº 50.

Bibliografia passiva: AMARO, António Rafael, *A Seara Nova nos anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1995; Idem, “A revista Seara Nova: Importante lugar de memória na luta pela modernidade (1921-1939)”, in *Vértice*, II série, nº 62, 1994; CARDIA, Sottomayor, “Para a compreensão do ideário do primeiro grupo seareiro”, in *Seara Nova. Antologia. Pela reforma da República 1921-1926*, Lisboa, Seara Nova, 1971-1972; FERREIRA, David, “Participação da “Seara Nova” no Governo chefiado por Álvaro de Castro”, in *Nova Renascença*, Porto, Inverno de 1985; GODINHO, Vitorino Magalhães, “António Sérgio: presença no passado, presença no futuro”, in *Ensaios. IV. Humanismo científico e reflexão filosófica*, Lisboa, Sá da Costa, 1971; Idem, “Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa”, in *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; MAGALHÃES, Joaquim Romero, “António Sérgio, Jaime Cortesão e a necessidade seareira da concepção de uma História de Portugal” in *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*, org. Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015; Idem, “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)”, in *Cidadania*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e História. Em homenagem a Jaime Cortesão, Lisboa, Sá da Costa, Cadernos da *Revista de História Económica e Social*, nºs 6-7, 1985; MARQUES, A. H. de Oliveira, “António Sérgio, Historiador (Despretenciosos informes)”, in *O Tempo e o Modo*, nº 69-70, 1969; MEDINA, João, Matos, Sérgio Campos e António Ventura, *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, INIC, 1988; OLIVEIRA, António Braz de, “Jaime Cortesão e Raul Proença: 30 anos de convívio epistolar”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 1, nºs 1-2, Janeiro-Dezembro 1986; REIS, Câmara, *Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985; *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 5, 1983; SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:





DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>